

O Salvamento em Direito dos Seguros

REFLEXÃO SOBRE O ÔNUS DE AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO
DOS DANOS OCASIONADOS PELO SINISTRO

2014

Patrícia de Sousa Ferreira

O SALVAMENTO EM DIREITO DOS SEGUROS

AUTOR

PATRÍCIA DE SOUSA FERREIRA

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

DPS - DIGITAL PRINTING SERVICES, LDA

Agosto, 2014

DEPÓSITO LEGAL

380081/14

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objecto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

FERREIRA, Patrícia de Sousa

O salvamento em direito dos seguros : reflexão sobre o ónus de afastamento e mitigação dos danos ocasionados pelo sinistro. – (Monografias)

ISBN 978-972-40-5632-6

CDU 347

ÍNDICE

Introdução	15
Capítulo 1 - Preliminar: os deveres e ónus do tomador do seguro e do segurado no contrato de seguro	19
Capítulo 2 - Objecto do salvamento	23
2.1. Conceito de «salvamento».....	23
2.2. Fundamento	25
2.2.1. A boa fé contratual e o equilíbrio entre as prestações	25
2.2.2. <i>Venire contra factum proprium</i>	27
2.2.3. <i>Mitigation of damages</i> e a «culpa do lesado»	28
Capítulo 3 - Uma primeira aproximação ao regime jurídico do salvamento	33
3.1. Antecedentes normativos.....	33
3.1.1. O Código Comercial	33
3.1.2. A Proposta de Directiva da CEE de 1979	34
3.1.3. Outras fontes	35
3.2. O regime actual: arts. 126.º e 127.º da LCS.....	36
3.2.1. Enquadramento sistemático	36
3.2.2. Imperatividade.....	38
Capítulo 4 - Natureza jurídica do salvamento	41
4.1. O salvamento como delimitação da imputação dos danos	41
4.2. O salvamento como ónus jurídico <i>sui generis</i>	42
Capítulo 5 - Âmbito do salvamento	49
5.1. Âmbito subjectivo: os sujeitos	49
5.1.1. Os sujeitos vinculados	49
5.1.2. Os auxiliares e dependentes	51
5.1.3. A intervenção de terceiros	53
5.1.4. A intervenção do segurador	54
5.2. Âmbito objectivo: os pressupostos.....	56
5.2.1. Ocorrência de um sinistro.....	57
5.2.1.1. Delimitação do sinistro	57
5.2.1.2. Início e termo do salvamento	61
5.2.2. Conhecimento do sinistro	64

Capítulo 6 - Conteúdo do salvamento: as medidas de salvamento	67
6.1. Preliminar	67
6.2. Determinação das medidas de salvamento	68
6.2.1. Os meios a empregar.....	68
6.2.2. O critério da adequação.....	69
6.2.3. Os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade	70
6.2.4. Limites às medidas a adoptar.....	72
Capítulo 7 - Observância do salvamento	75
7.1. Preliminar	75
7.1.1. Requisitos da observância do salvamento	75
7.1.2. Modalidades de observância do salvamento	78
7.2. O reembolso dos gastos de salvamento.....	81
7.2.1. Fundamento.....	81
7.2.2. Os «gastos de salvamento».....	83
7.2.3. Critérios	84
7.3. Limitação do reembolso dos gastos de salvamento	85
7.4. Liquidação dos gastos de salvamento	88
Capítulo 8 - Inobservância do salvamento	91
8.1. Preliminar.....	91
8.1.1. O regime do art. 101.º da LCS	91
8.1.2. Critérios para aferir a inobservância do salvamento.....	93
8.1.3. As consequências da inobservância do salvamento.....	96
8.1.4. A inobservância do salvamento no seguro obrigatório de responsabilidade civil	98
8.2. A inobservância do salvamento nos termos do n.º 1 do art. 101.º da LCS... ..	99
8.3. A inobservância do salvamento nos termos do n.º 2 do art. 101.º da LCS... ..	103
Conclusões	107
Bibliografia	113
Jurisprudência portuguesa	119
Jurisprudência estrangeira	120
Anexos	121